



CONSELHO DE ARBITRAGEM

CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 5 - 2015

Assunto: DOCUMENTO DE ANÁLISE E REFLEXÃO DE LINO TRALHÃO, SOBRE ATRASOS E PEDIDOS DE PROTECÇÃO

Em finais de 2014 a Associação Regional de Bridge do Norte (ARBN) e os respectivos DTs identificaram alguns dos problemas mais comuns às arbitragens nessa região e elaboraram um documento a que chamaram normas de conduta de arbitragem para 2015.

Tendo tido conhecimento desse documento o CA da FPB entendeu adoptar essas normas e deu conhecimento das mesmas recomendações a todos os os DT no activo.

Entretanto e sobre o mesmo, recebemos uma interessante reflexão do Árbitro Nacional Lino Tralhão, tendo sido acordado que esse documento seria publicado apenas em finais de 2015, de forma a não colidir com as recomendações de então.

Assim sendo, apresentamos agora à discussão esse documento, esperando da vossa parte os contributos que entenderem oportunos.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2015

O Conselho de Arbitragem da FPB

ANÁLISE DE LINO TRALHÃO

A - Antes de mais, já é tempo de, sempre que se invoca o santo nome do CIB, e para não ser pecado, se diga quais os pontos referidos. Aqui, está essencialmente em causa a Lei 90 (e julgo até que mais nenhuma). Por outro lado o assunto é abordado no Regulamento Técnico e de Provas (ponto 2.3.5) o qual não é referido. Aliás, e a propósito, é certo, de comissões de recurso, no "Code de Practice" da WBF, último parágrafo, pp 9, pode ler-se:

"

Decisions should be referenced with Law numbers and it is highly important that the Director in charge or his nominee confirm Law references.

"

RPG (2.3.5, pp 32):

"Cinco minutos antes da hora prevista para o início da prova todos os jogadores devem estar sentados nos seus lugares. Os atrasos poderão ser penalizados de acordo com o disposto em 2.1.11.2."

1 – A chamada dos jogadores é minha prática corrente e há muitos anos, apesar de, eventualmente já me ter dado um ou outro dissabor (mto poucos).

a) O 1º parágrafo colide com o RPG (ponto acima, ponto 2.1.11.2), uma vez que este refere expressamente o dever dos jogadores estarem sentados antecipadamente (os 5m não são para serem levados à letra porque isso vai depender de vários factores, em particular da dimensão do Torneio – o que interessa é sentarem-se atempadamente para que o Torneio comece a horas).

b) No seu ponto 2.1.11.2, o RPG (e muito bem) não refere qualquer tolerância (e muito menos de 10m)! Diz, isso sim, que os atrasos até 5m (que são infracções como outras quaisquer) são passíveis de advertência (e da 1ª vez! – nas seguintes está lá na tabela: "pp")

--> Assim, a redacção do 1º ponto da norma deverá ser alterada. Sugiro pois o seguinte:

"O DT deverá, dentro do possível, lembrar os participantes do seu dever de comparecerem na/s sala/s onde se realiza o Torneio, com antecedência (em geral 5m) de acordo com o disposto no ponto 2.3.5 do RPG. Tal acto poderá ser revestido da forma de "mandar entrar os jogadores".

(o "dentro do possível" tem a ver com o facto de, por exemplo, num hotel, os jogadores poderem estar bastante dispersos).

(quanto ao resto, e tirando o facto de a tal "tolerância" (que não existe) não ser de 10m mas de 5m -- mesmo contando a partir de 5m antes da hora – está no RPG, ponto 2.1.11.2, pp 26, pelo que é essa tabela que deverá ser colocada).

2 – Pedido de protecção de tempo

a) A figura do “pedido protecção de tempo”(PPT) pura e simplesmente não existe em qualquer lado. Foi algo que apareceu algures no tempo, sem qualquer suporte regulamentar. Considero até uma designação infeliz, pq não é suposto o DT “proteger” seja quem for (exceto, quando muito, jogadores iniciados ...).

b) Porém, aqui aparece um esboço de definição do que isso é.

c) Acontece que esses PPT devem ser melhor regulados. Sugiro o seguinte:

“Excepto no caso de “pensadas” muito longas (> 4min), é expressamente proibido fazer PPT aquando de pensadas do adversário. Os PPT só podem ser feitos na vez de jogar ou dar voz do jogador que faz PPT. De preferência, e tendo em conta a quantidade de informação não autorizada susceptível de ser descartada na sequência de tais pedidos, a melhor altura para serem feitos é no fim do jogo.”

d) Por exemplo, não é minimamente correto um PPT a meio de uma pensada do adversário (excepto se muito longa, digamos, > 4min), a qual pode ser usada com a intenção de o perturbar... Aliás, só atrasa, porque, em geral o jogador está a fazer uma revisão do que se passou para trás, a qual provavelmente voltará a ser feita e do princípio.

e) Estabelecer o dever de fazer PPT viola a Lei 9.A.1 do CIB:

“A menos que proibido por este Código, qualquer jogador pode chamar a atenção para uma irregularidade que ocorra durante o período do leilão, seja ou não a sua vez de anunciar.”

De facto, uma das alterações da versão 2007, está exactamente na não obrigação de chamar o DT perante uma infracção. Acontece que uma pensada ou mesmo um ou outro jogo mais lento nem sequer são infracções. O RPG padece do mesmo defeito (ponto 2.2.5, pp 29 – não é “deve”, é “pode”).

f) Regular penalizações por jogo lento pelos PPT, vais-me desculpar, mas considero uma tolice. Isso vai gerar uma sequência infernal de PPT, para “ficar empatado”, e depois fica tudo na mesma. Mas tenho mais que dizer sobre isso...

g) Por fim é usualmente de evitar a chamada “dupla penalização”. Assim, se houver anulações de jogos não deve haver penalizações por jogo lento e reciprocamente.

Sugiro, pois a seguinte redação:

“

Um par que sinta que o par oponente está a consumir demasiado tempo pode chamar o árbitro para reportar tal. Designa-se este acto por “pedido de protecção de tempo” (PPT).

Excepto no caso de “pensadas” muito longas (> 4min), é expressamente proibido fazer PPT aquando de pensadas do adversário. Os PPT só deverão ser feitos na vez de jogar ou dar voz do jogador que faz PPT. De preferência, e tendo em conta a quantidade de informação não autorizada susceptível de ser descartada na sequência de tais pedidos, a melhor altura para serem feitos é no fim do jogo.

É dever de todo o jogador não contestar um PPT do adversário, caso este se justifique. Tal contestação bem como PPT sem motivo para tal, constituem infracções, sendo passíveis de penalização.

Perante um PPT o DT poderá responder “pedido aceite”, “pedido não aceite” ou “no fim” consoante os casos. Tais respostas obrigam a silêncio na mesa; os jogadores somente poderão retomar o assunto no final do jogo.

O DT deve, dentro do possível, atentar ao que se passa nas mesas e ir avisando os jogadores do tempo que lhes resta de jogo e a quantos jogos aproximadamente se encontram do fim do tempo.

Em caso de atraso por jogo lento é ao DT que cabe a decisão sobre eventual penalização/anulação de jogos (a qual é susceptível de recurso). Em caso de dúvida, começará por perguntar se algum dos pares se sente responsável por esse atraso. Caso a dúvida persista, um ponto a tomar em consideração são eventuais PPT (aceites).

Eventual penalização por atraso de jogo lento será repartida pelos participantes, por parte do DT e nas proporções que entender (esta decisão é susceptível de recurso).